

Et Illuminatio Fides

Considerações acerca da Declaração Oficial sobre a Primeira Igreja Batista em Volta Redonda, prestada pela diretoria da Convenção Batista Fluminense.¹

“Mas, se o nosso evangelho ainda está encoberto, é para os que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou o entendimento dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus (...) Porque Deus, que disse: Das trevas resplandecerá a luz, ele mesmo resplandeceu em nosso coração, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Cristo.

*Temos, porém, este tesouro em vasos de barro,
para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós.”*

(2 Co 4.3-4, 6-7 – ARA)

No documento intitulado *Declaração oficial sobre a Primeira Igreja Batista em Volta Redonda*,² datado de 01 de abril de 2005, a diretoria da Convenção Batista Fluminense emitiu publicamente um parecer formal sobre aquilo que denominou “*doutrinas ou convicções calvinistas*”.

Apreciamos grandemente a preocupação da Convenção Batista Fluminense em refletir e pronunciar-se sobre “*doutrinas ou convicções calvinistas*”. A razão é simples: o sistema teológico historicamente apelidado de “*calvinismo*” consiste, na realidade, em seu cerne, de uma forma de compreensão do próprio *Evangelho* de nosso Senhor. Definir e sustentar o Evangelho bíblico não pode ser considerado esforço menor, nem subalterno ou trivial, mormente quando a cultura tem-se tornado cada vez mais hostil ao Cristianismo bíblico e a nossa fé tem sido considerada progressivamente irrelevante para a sociedade moderna. A cosmovisão resultante do secularismo declara que o ‘*agora*’ é tudo o que existe para a experiência humana e, de modo crescente, não tolera – na verdade já rejeita – as alegações de verdade do Cristianismo. Assim, podemos facilmente cair na armadilha de esvaziar o Evangelho do seu conteúdo, ajustando-o aos nossos ouvintes e removendo a sua ofensa inerente. Mas esvaziar o Evangelho dos elementos que os incrédulos acham repugnantes não é uma opção. Se o Evangelho está em questão, então a graça e a glória de Deus também estão em questão.

Os batistas não devem ousar retirar-se do campo de batalha intelectual dos seus dias. Semelhante antiintelectualismo seria irresponsável. Não somente leva inevitavelmente à perda da fé, como também há algo inerentemente antibíblico e anticristão numa tomada de posição

¹ As considerações a seguir são a resposta formal da CRBB, enviada a quatro de seus membros, os quais solicitaram o parecer da mesma acerca deste assunto. Em sua II Assembléia Geral, realizada em Conselheiro Lafaiete, MG, nos dias 26 e 27 de maio de 2005, a CRBB aprovou proposta encaminhada por sua *Comissão de Assuntos Gerais*, no sentido de encaminhar a estes irmãos sua posição formal. Cf. anexos ao final deste documento.

² “*Declaração Oficial sobre a Primeira Igreja Batista em Volta Redonda*” – Conselho de Planejamento e Coordenação da Convenção Batista Fluminense. Niterói (RJ), 01/abr/2005. Texto aprovado pela diretoria da Convenção Batista Fluminense. O texto, embora não aprovado por seu Conselho Geral, foi redigido em papel timbrado do Conselho, assinado pelo Coordenador Geral da Convenção Batista Fluminense, Pr. Nilson Gomes Godoy, e foi apresentado, em alguns pontos, como sendo o *parecer formal* da própria Convenção Batista Fluminense: “*A Convenção Batista Fluminense (...) recebeu reclamações...; A Convenção, através da sua Diretoria, iniciou a análise da situação...; A Convenção Batista Fluminense, colocando-se à disposição (...) deseja ao mesmo tempo a bênção do Senhor neste momento histórico e desafiador...*, etc. Fac-símile do documento, cedido pelo presidente da Primeira Igreja Batista de Volta Redonda (RJ) ao ex-pastor da Igreja, Paulo César C. L. Valle.

que implica em omissão “à moda avestruz”. Além disto, é inconsistente com os mandamentos do Senhor, dados à igreja, no sentido de ela ir a todo o mundo pregando e ensinando e deixando a luz do evangelho brilhar nas culturas de todos os povos. Por conseguinte, saudamos como auspiciosa a preocupação da Convenção Batista Fluminense com esta questão em particular.

Aqueles cristãos apelidados (muitas vezes de maneira imprópria) de “agostinianos” ou “calvinistas” não estão insistindo em palavras individuais como tipo de *sibolete*, nem em esquisitices ou extravagâncias doutrinárias, nem nas frívolas conversações ou discussões fúteis do tipo “sexo dos anjos”. Pelo contrário, propõem-se a testificar a completa veracidade e completa autoridade divina da Escritura, especificamente quanto ao conteúdo do Evangelho. Quando anunciamos o Evangelho, nós proclamamos a todo homem:

1. “*O homem é pecador*” – E então precisamos dizer-lhe o que isto significa: De acordo com a Bíblia, seriam os seres humanos basicamente bons? O que foi a Queda? Qual o efeito da Queda sobre a raça humana? O que é o pecado? Em que grau o pecado afeta o nosso relacionamento com Deus? Em que consiste a condenação? O que é a morte espiritual? Em que consiste a escravidão moral do pecado? Podemos nos livrar desta situação por nossos próprios esforços?

2. “*Deus providenciou salvação*” – Quem poderia tomar a iniciativa para a salvação do homem? Quem teria poder para isto? Quando surgiu e em que consistiu este plano de salvar? Por que Deus resolveu salvar? Isto foi resultado de um dever, de alguma imposição externa, ou uma manifestação de graça independente, livre e soberana?

3. “*Cristo morreu pelo pecador*” – Por que a obra de salvação teria que ser levada a efeito por alguém verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem? Por que a necessidade de uma vítima expiatória? Por que um sacrifício propiciatório? O sacrifício de Jesus Cristo satisfaz plenamente as santas e justas demandas de Deus? A obra da cruz realmente redime? A morte de Cristo foi substitutiva? O sacrifício de Cristo salva, ou meramente abre caminho para a salvação? É suficiente e completo? Ou necessita de algo mais, a ser repetido ou acrescentado pelo homem? A obra de Cristo foi completamente eficaz?

4. “*O homem é justificado ao crer em Cristo*” – O homem pode ser justificado pelas obras da lei? O que é a fé? Deus é o autor tão somente da justificação, ou também da fé? A fé começa com o homem ou começa com Deus? O homem pode exercê-la sem a graça habilitadora? O poder de crer é uma habilidade natural do homem ou fruto de uma graça especial? É a fé um dom livre de um Deus soberano, por Ele conferido através de um ato onipotente e eficaz? É operante ou resultado de alguma cooperação? É uma obra meritória? Em que grau aqueles que crêem são diferentes daqueles que não crêem? Qual o fator diferenciador? A resposta positiva que o pecador dá ao Evangelho se torna o fator determinante final na salvação?

5. “*Todo o que crê faz parte da família de Deus*” – O que significa ser adotado por Deus? O que é a santificação? Podemos alcançar a perfeição aqui neste mundo? Podemos nos santificar por nossos próprios esforços, à parte da graça de Deus? O crente persevera? O crente é guardado por Deus? O que acontece se o crente pecar? A salvação do crente repousa condicionalmente sobre sua obediência? Ou a obediência do crente é marca inevitável e necessária de sua regeneração?

Aquilo que a Convenção Batista Fluminense denominou “doutrinas ou convicções calvinistas” consiste, realmente, de uma resoluta determinação de servos de Deus, ao longo da história da Igreja Cristã, de compreender e responder a questões vitais como essas. E o valor de suas conclusões dependerá do seu grau de fidelidade às Sagradas Escrituras.

Em seu documento, *Declaração oficial sobre a Primeira Igreja Batista em Volta Redonda*, a diretoria da referida Convenção expressou alguns pontos de vista:

1. A Convenção Batista Fluminense “só aceita como filiadas Igrejas que aceitam a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”.

Esta afirmação, entretanto, não nos parece ter sido totalmente esclarecida. De fato, o Estatuto da CBF estabelece com bastante clareza que, para ingressar no rol de “igrejas cooperadoras”, só “*serão arroladas exclusivamente igrejas batistas que (...) adotem a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*”.

O verbo “adotar” estabelece um ato formal por parte da Igreja. Neste caso, seria necessário que isto constasse em estatuto? Todas as Igrejas Batistas “cooperadoras” com a Convenção Batista Fluminense formalizaram o ato desta maneira? Ou bastaria o registro em ata? Como ficam aquelas igrejas batistas, “cooperadoras” com a CBF, que têm como sua Declaração Doutrinária o texto da antiga *Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil*? Aliás, nesta última situação encontra-se a própria Primeira Igreja Batista de Volta Redonda. Qual a situação daquelas igrejas que já cooperavam com a CBF quando a *Declaração Doutrinária da CBB* foi aprovada e adotada, já que o documento sobre arrolamento de igrejas da CBF é omissivo quanto a elas? Como a CBF se posicionou em relação a essas igrejas? Neste caso, a CBF admite em sua cooperação igrejas que possam “aceitar” mais de um texto como Declaração Doutrinária, mesmo que estes textos sejam diferentes, tanto na sua origem, quanto em sua história e conteúdo?

Não seria bastante a CBF requerer, como faz a *Convenção Batista Brasileira*, que à igreja é necessário “*reconhecer como fiel*” a Declaração Doutrinária da CBB?

2. A Diretoria da CBF parece estranhar o fato de que um pastor possa aceitar mais de uma Declaração Doutrinária.

Realmente, um pastor pode subscrever quantas declarações doutrinárias desejar. Isto é prática comum entre os evangélicos, particularmente entre batistas. Confissões de Fé refletem ênfases, momentos, controvérsias, respostas e, conquanto possam ter um mesmo núcleo de verdade, não obstante, uma delas pode tratar de forma mais alentada ou detalhada algumas doutrinas quando comparada a outras declarações doutrinárias. O que dizer de doutrinas fundamentais para a fé cristã ausentes, ou citadas timidamente, na *Declaração Doutrinária da CBB*? Poderíamos – e deveríamos – apelar para outra declaração ou confissão para corroborar o ensino dentro da herança teológica evangélico-batista?

Convém lembrar que a Convenção Batista Brasileira, antes de 1986, recomendava às igrejas que o artigo do estatuto, que previa a antiga Declaração de Fé, deveria ser “irreformável”. Disto conclui-se, portanto, que se uma igreja organizada antes de 1986 tinha este dispositivo em seus estatutos, ela subscreve, ainda hoje, uma Declaração Doutrinária diferente daquela da CBB. Assim, na própria *Convenção Batista Fluminense*, algumas igrejas ainda têm em seus estatutos a Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil (também conhecida como *Confissão de Fé Batista de New Hampshire*) como sua Declaração Doutrinária. Naturalmente, este dispositivo estatutário foi aprovado antes de 1986. E outras têm a atual *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*. Isto logicamente

significa que, mesmo atualmente, há igrejas cooperantes com a CBF que subscrevem duas Declarações Doutrinárias. E isto não incluiria seus pastores?

Mesmo no *Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil* uma Declaração de Fé foi preparada para que os professores a subscrevessem. E esta não era a mesma Declaração Doutrinária adotada na época pela Convenção Batista Brasileira. Entretanto, os professores (pastores, em sua maioria) subscreviam as duas.

Naturalmente, um pastor não deveria ser incoerente ou contraditório. Infelizmente, é isto que vemos: alguns subscrevem declarações doutrinárias e simplesmente não honram seus compromissos, tanto do ponto de vista doutrinário quanto prático. Outros simplesmente não refletiram naquilo que subscreveram.

3. A diretoria da Convenção Batista Fluminense refere-se à *Confissão de Fé Batista de New Hampshire*, conhecida no Brasil como *Declaração de Fé das Igrejas Batistas no Brasil*, nos seguintes termos: “uma declaração considerada calvinista, já analisada e rejeitada pela Convenção Batista Brasileira”.

Quando foi que a Convenção Batista Brasileira “rejeitou” a Declaração de Fé das Igrejas Batistas no Brasil? O verbo “rejeitar”, em nosso dicionário, significa “lançar fora”, “repelir”, “expelir”, “não admitir”, “recusar”, “não aprovar”, “reprovar”, “desaprovar”, “ter em pouca ou nenhuma conta”.³ Existe algum documento oficial da Convenção Batista Brasileira que se refira, nestes termos, à antiga Declaração de Fé adotada pela Convenção Batista Brasileira?

O fato é que tal “rejeição” nunca ocorreu. Na verdade, em todo o processo de elaboração da nova Declaração Doutrinária, a liderança da CBB sempre procurou reafirmar sua concordância com a anterior, justificando a necessidade de uma nova em termos de “um conteúdo mais atualizado, e que atentasse para algumas questões contemporâneas e contextuais”. A Convenção Batista Brasileira, quando aprovou a *Declaração Doutrinária do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil* (corpo principal de sua atual Declaração Doutrinária), homologou as seguintes palavras do reitor do Seminário à época:

*Aprovação da Declaração Doutrinária - Dentro dos princípios da Declaração de Fé aceita pela Convenção Batista Brasileira e sem contrariar qualquer dos seus pontos (sic.), o Corpo Docente houve por bem elaborar uma Declaração Doutrinária, para a economia interna do Seminário, tendo a mesma sido aprovada pela Junta Administrativa. O documento, por sua clareza, segurança e profundidade, honra o Seminário e a Denominação. Representa, por outro lado, contribuição valiosíssima à disposição da Convenção Batista Brasileira, na hipótese de vir a mesma, no futuro, a reformular a Declaração de Fé atualmente aceita.*⁴

É bom lembrar o relatório da Junta Executiva, que a CBB aprovou em 1978, e a conseqüente resolução de elaborar uma nova Declaração Doutrinária:

Declaração de Fé – (...) a Junta acolheu sugestão (...) no sentido de levar à Convenção a proposta para a nomeação de uma comissão para atualizar a Declaração de Fé aceita pela Convenção, uma vez que alguns temas da mais alta significação e atualidade não são abrangidos pelo documento em vigor.

³ *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª Edição. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, verbete “rejeitar”.

⁴ Cf. *Anais da Convenção Batista Brasileira*, 1975, pp. 137-138. Ênfase e itálicos nossos.

Seja aceito (...) a nomeação de uma comissão para atualizar a nossa DECLARAÇÃO DE FÉ e que a comissão nomeada considere a doutrina do Espírito Santo (...).⁵

O grupo de trabalho que redigiu a nova Declaração Doutrinária sempre argumentou na direção da perfeita *conciliação* entre o novo texto e o anterior. Como exemplo, o relatório apresentado e aprovado pela CBB em 1979:

(...) foi resolvida a nomeação de um Grupo de Trabalho para *atualizar* a chamada "Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil" dando consideração especial à doutrina do Espírito Santo.

(...) Queremos acrescentar que o GT não deixou de trabalhar neste ano. Seus membros consultaram um grande número de Confissões de Fé Batistas existentes (...) A propósito o GT acentua a apreciação que tem pela "Declaração" do Seminário do Sul cujos subsídios serão dos melhores para a preparação do documento final.⁶

A realidade é que a CBB não rejeitou a *Confissão de Fé de New Hampshire*, como também não poderia fazê-lo sem incorrer em grave contradição. Esta é a Confissão de Fé constante nos estatutos de muitas igrejas batistas filiadas à Convenção Batista Brasileira, talvez a maioria. E a própria CBB recomendou que este dispositivo estatutário fosse "*irreformável*".

4. A Diretoria da Convenção Batista Fluminense “entende que alguns pontos da Confissão Batista Londrina de 1689 não estão em acordo com a Bíblia, interpretada à luz da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”.

Neste sentido, a Diretoria da CBF sugere haver *conflitos inconciliáveis* entre a *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, aprovada no Brasil em 1986, e a *Confissão Batista de 1689*, documento que remonta aos batistas ingleses em meados do século XVII, que veio a tornar-se a principal Confissão de Fé nos Estados Unidos da América até início do século XIX, e que ainda hoje é adotada por muitas igrejas em todo o mundo. A expressão “*não estão em acordo com a Bíblia*” constitui-se em séria e grave afirmação, e deveria ser feita apenas debaixo de grande solenidade e responsabilidade. E não apenas isto. Deveria ser bem fundamentada, consubstanciada por clara argumentação de natureza exegética, teológica, e que também não incidisse em isolacionismo histórico. Esta é a primeira declaração formal, de um organismo batista no Brasil, colocando em demérito a aludida Confissão de 1689. Até então, as referências feitas por batistas no Brasil a este documento, em publicações e documentos formais, têm sido invariavelmente muito respeitosas.

No contexto da CBF há quem faça distinção entre “confissão” e “declaração”. O atual encaminhamento que a diretoria da CBF está dando a esta questão em particular reflete, então, uma opção pelo padrão “confessional”?

5. A Diretoria da CBF refere-se à *Comunhão Reformada Batista no Brasil* como uma organização “cujo objetivo é congregar os que apregoam tais convicções, inclusive adotando a Declaração Doutrinária (...) de 1689”.

Por força lógica, a Diretoria da Convenção Batista Fluminense atribui aos pastores e membros de igrejas batistas cooperadoras com ela, que integrem a CRBB, bem como a todos

⁵ Cf. *Anais da Convenção Batista Brasileira*, 1978, p. 26 e 323.

⁶ Cf. *Anais da Convenção Batista Brasileira*, 1979, pp. 258-259. Itálicos nossos.

os demais membros desta organização, a situação de “falta de acordo com as Escrituras”. A diretoria da CBF estabeleceu esta sua conclusão citando, inclusive, os estatutos (em discussão) da Comunhão Reformada Batista no Brasil.

A *Comunhão Reformada Batista no Brasil* (CRBB) é uma associação religiosa, sem fins lucrativos, organizada pela iniciativa de evangélicos brasileiros em 10 de junho de 2004, e reúne indivíduos (homens e mulheres) que, mesmo em denominações diferentes, podem subscrever a *Confissão de Fé Batista de 1689*.⁷ A CRBB estabelece como um dos requisitos para que a pessoa integre seu rol de membros que tal pessoa, anteriormente, tenha informado à liderança da igreja onde é membro esta sua intenção. Este é um requisito necessário para a assinatura do seu “formulário de pedido de ingresso”.

6. A Diretoria da CBF resolveu subscrever o texto de autoria do Pastor João Falcão Sobrinho, cujo título é: “Eu escolhi ser um predestinado”.⁸

Uma vez que esse texto se tornou a *posição formal* da diretoria da Convenção Batista Fluminense, precisamos nos deter um pouco e examinar a posição de seu autor, que pode ser resumida da seguinte forma:

1. Adão foi criado por Deus, livre para escolher entre comer ou não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. A liberdade era um indicador da sua semelhança com Deus.

2. Após a queda, Adão não perdeu seu livre-arbítrio.

Tanto isso é verdade que Deus o expulsou do paraíso para que ele não comesse da árvore da vida, e perpetuasse o seu estado de queda, impedindo a possibilidade de redenção. Se Adão tivesse perdido o livre arbítrio, não precisaria ser colocado porta a fora do Éden. Deus o tirou do paraíso porque ele continuava livre para escolher comer ou não comer da árvore da vida. Como vemos na continuação da história, os descendentes de Adão e Eva continuaram de posse do livre arbítrio, agora para escolherem crer ou não crer no prometido esmagador da cabeça da serpente.⁹

3. Deus respeita a liberdade do homem e a liberdade do homem não ameaça a soberania de Deus. O homem é livre para escolher.

4. Por ser presciente, Deus sabe, desde a antiguidade, quais os pecadores que, usando da sua liberdade pessoal de escolha, vão se converter a Cristo, e quais os que não vão aceitá-lo. A fim de respeitar e proteger a liberdade dos homens, por causa de seu amor, Deus não força a vontade de pecadores, mas aceita a livre escolha dos seres humanos, ainda que o seu desejo, conforme demonstrado na cruz, é que todos os seres humanos se arrependam e sejam salvos.

5. Aqueles que, na sua presciência, Deus sabe que vão crer em seu Filho, Deus elege para serem seus filhos, predestina para a vida eterna e conduz à glória.

6. Deus predestinou para a salvação a todos os seres humanos, em toda a história, que, no uso da liberdade que o próprio Deus lhes deu, voluntariamente aceitarem crer em

⁷ Cf. “*Quem Somos*”. Comunhão Reformada Batista no Brasil *online* [www.crbb.org.br, capturado em junho/2005].

⁸ FALCÃO SOBRINHO, João. “Eu escolhi ser um predestinado”. *Palavra & Vida; Revista de Jovens e Adultos da Convenção Batista Fluminense, Niterói (RJ), Ano 2 - Nº 5 – Abril/Maio/Junho 2005*, pp.17-19. O artigo foi originalmente publicado numa seção denominada “Debate”, mas a opinião do autor neste artigo veio a ser formalmente endossada pela diretoria da CBF. A ficha técnica informa que “esta revista foi elaborada pela Convenção Batista Fluminense, com o dízimo dos crentes batistas, com a participação de sua igreja no Plano Cooperativo e com a contribuição das Associações Regionais”.

⁹ “*Declaração Oficial sobre a Primeira Igreja Batista em Volta Redonda*”, *op. cit.*, p. 2.

Jesus como Salvador e Senhor. Todos os que aceitam a oferta do amor de Deus, o seu dom gracioso, inserem-se, por isso, no número daqueles que foram predestinados por Deus para a vida eterna. Nas palavras do autor, “atendi ao convite de Jesus, e o aceitei como meu Salvador. Escolhi ser um predestinado”.

Estas opiniões o autor já havia esposado em um opúsculo anteriormente publicado pela *União Feminina Missionária Batista no Brasil*.¹⁰ A UFMBB é um órgão filiado à Convenção Batista Brasileira. Não sabemos dizer se este texto teria o peso da sanção da Convenção Batista Brasileira, conquanto, também, não saibamos de qualquer manifestação contrária por parte de sua liderança.

A história da igreja é repleta de exemplos de idéias pagãs introduzidas na corrente principal da igreja. Para nossa tristeza e desapontamento, a posição formal adotada pela diretoria da Convenção Batista Fluminense parece advogar uma visão fundamentalmente não-cristã. Com respeito e pesar, conquanto com responsabilidade, entendemos tratar-se de uma perigosa e comprometedora aproximação entre o Cristianismo e a histórica heresia denominada pelagianismo.¹¹ De fato, a posição ali sustentada reflete, entre outras coisas, uma antropologia não-bíblica. Cremos que tal posição não seria reconhecida pelos reformadores, e que os mais conceituados teólogos batistas da história dela se distanciariam.

Para leitores com certo discernimento da história da teologia e das controvérsias pelas quais a igreja tem passado, a linguagem usada pelo autor (endossada pela diretoria da CBF) reflete um pano de fundo pelagiano, prevalecente em grande parte do pensamento evangélico desde fins do século XIX, no qual se destaca a direta influência da teologia do evangelista Charles G. Finney (1792-1875).¹² E esta constatação se reforça ao notar que o autor, simplificando um tema tão sublime da teologia cristã, efetivamente, golpeia no âmago a doutrina do pecado original, não define com precisão a expressão livre-arbítrio, e não labora na doutrina da graça preveniente – que como consequência afirma que fé e arrependimento são exigidos dos pecadores, mas também são dons de Deus. Assim fazendo, ele se coloca numa posição antagônica não só ao calvinismo, mas também ao arminianismo, com graves concessões à salvação de pecadores por sua justiça própria (como seu conceito de fé parece subentender) e pelo esforço humano (como o título do texto sugere).

Algumas perguntas incômodas também são deixadas sem resposta: se Deus já conhece todas as coisas, quem criou o que Deus já conhece? Se Deus já sabia quem creria nele, então por que Cristo tem que morrer por todo o mundo? Se o homem tem livre-arbítrio (como aquele pressuposto pelo autor) ele pode deixar a graça de Deus posteriormente? Também é estranho que, ao se defrontar com tão importante assunto, o autor não ofereça sua

¹⁰ FALCÃO SOBRINHO, João. *A Predestinação conforme a Bíblia*. Rio de Janeiro: UFMBB, 2001, 32 pp.

¹¹ Ver comentário adiante, página 7.

¹² Charles G. Finney liderou, de 1825 a 1831, “reuniões” de avivamento em Nova York. Depois, durante quarenta anos, foi professor de teologia no colégio Oberlin. Finney, reagindo contra a ênfase na soberania de Deus que predominou no “primeiro grande avivamento”, mudou a ênfase que havia da pregação doutrinária para uma ênfase em fazer com que as pessoas “tomassem uma decisão”, ou que fizessem uma escolha. Na teologia de Finney, Deus não é soberano, o homem não é um pecador por natureza, a expiação de Cristo não é um pagamento válido pelo pecado, a doutrina da justificação pela imputação é insultante à razão, o novo nascimento é produzido simplesmente por técnicas bem-sucedidas, e o avivamento é o resultado de campanhas bem planejadas com os métodos corretos. Finney “não abandonou apenas o princípio essencial da Reforma (a justificação), fazendo-se um renegado do cristianismo evangélico; ele repudiou doutrinas tais como a do pecado original e da expiação vicária, igualmente aceitas por protestantes e até pelos católicos romanos. Portanto, Finney não é meramente um arminiano, mas um pelagiano. Ele não é apenas um inimigo do protestantismo evangélico, mas do cristianismo histórico mais amplo”. Michael Horton, “Charles Finney e suas posições quanto à doutrina da justificação” em *Jornal Os Puritanos* Ano IV, nº 6 (Novembro – Dezembro 1996), p. 26.

interpretação de textos importantes, tais como Romanos 9-11 e Efésios 1, textos-chave desta doutrina. Sua argumentação descuida, nas passagens que analisa, do contexto e do significado original dos textos bíblicos. O autor também não se confronta com a doutrina da expiação, coração da fé cristã, nem com as doutrinas da regeneração e justificação.

Pelágio (c.400) era um monge britânico, famoso por sua disciplina moral, e que começou a defender que a vida cristã consiste de um esforço constante, através do qual a pessoa vence seus pecados e obtém a salvação. Em seu entendimento, Deus fez os seres humanos livres e o mal teria sua origem na vontade, tanto na do diabo como na dos seres humanos. Por isto, o ser humano sempre tem poder de se sobrepor ao pecado, através da escolha entre o bem e o mal – o ser humano, por seu próprio esforço, poderia cumprir perfeitamente os mandamentos de Deus, sem pecar. Para Pelágio, o homem tem a capacidade de dar os passos iniciais em direção à salvação mediante seus próprios esforços, à parte da graça preveniente.

Agostinho de Hipona (354-430), o grande pai da Igreja, foi quem se opôs a Pelágio. Ele enfatizou a absoluta necessidade da graça interior de Deus para a salvação do homem. E sua resposta foi abrangente:

1. Agostinho afirmou que a vontade humana nem sempre é dona de si mesma. A partir da queda de Adão, a humanidade se tornou totalmente depravada, ou seja, todas as esferas de nossa humanidade – razão, vontade, afetos – tornaram-se escravas do pecado. Conseqüentemente, o ser humano é incapaz de conseguir a própria salvação sem o socorro da graça especial. Como herança maldita, recebida de Adão, a natureza humana passou a ser escrava do pecado e sujeita à morte.

2. Como decorrência, somente somos salvos por causa da eleição incondicional de Deus. Em sua maravilhosa graça, Deus escolhe pecadores, na eternidade, não por mera previsão de fé ou obras, mas por sua graça e para sua glória. Ao denunciar a impenitência das cidades galiléias, o Senhor Jesus dissera: “Porque, se em Tiro e Sidom, se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido, assentadas em saco e cinza” (Lc 10.13). Acerca destas palavras preditivas do Senhor, Agostinho escreveu:

Onde está o varão que, entregue ao justo juízo de Deus, se salvará da massa da perdição onde foram abandonados os de Tiro e Sidom? Estes, contudo, teriam crido, se tivessem visto os prodígios de Cristo. Mas não se lhes concedeu a fé nem, conseqüentemente, os meios de crerem (...) os habitantes de Tiro e Sidom (...) teriam crido se tivessem presenciado os atos poderosos que os judeus viram.¹³

A prioridade da graça livre e soberana de Deus na salvação de pecadores foi afirmada claramente por Agostinho, porque ele entendeu que só sendo livre e soberana, a graça pode ser, de fato, graça imerecida.

3. Esta graça é irresistível nos eleitos – o Espírito convence eficazmente os pecadores, atraindo-os irresistivelmente a Cristo, cativando-os com sua beleza e formosura.

4. E estes pecadores, eleitos e graciosamente atraídos a Cristo, perseverarão. Mais ainda, Deus mesmo persevera sobre eles, para os conduzir à glorificação.

¹³ Agostinho, *De dono perseverantiae*, 35.

A base da diferença entre Pelágio e Agostinho foram seus pontos de vista sobre a natureza humana e a graça de Deus. Para Agostinho, a vontade humana não é tão simplista como Pelágio pressupunha. A vontade nem sempre é dona de si mesma. Mesmo querendo algo, isto não quer dizer que o conseguiremos. Segundo o historiador metodista Justo Gonzales,

Para Agostinho o pecado é uma realidade tão poderosa que se apossa da nossa vontade, e enquanto estamos em pecado não nos é possível querer, verdadeiramente, nos livrar dele. O máximo que conseguimos é uma luta entre o querer e o não querer, que só serve para nos mostrar a impotência da nossa vontade contra ela mesma. O pecador somente pode querer o pecado.¹⁴

Tudo isto, porém, não quer dizer que toda liberdade tenha desaparecido. O pecador continua sendo livre para escolher entre diversas alternativas. Mas a alternativa que não pode escolher é deixar de pecar. Agostinho ensinou que antes da queda tínhamos liberdade para pecar e não pecar.

[Mas] quando somos redimidos a graça de Deus passa a atuar em nós, levando-nos do estado miserável em que nos encontramos para um estado novo, em que nossa liberdade é restaurada, tanto para pecar como para não pecar.¹⁵

Agostinho sabia que os seres humanos não conseguirão sobrepujar sua natureza pecaminosa sem a obra soberana e graciosa de Deus, sem a ação triunfante de uma graça interna e miraculosa.

Esta controvérsia tem sido recorrente na Igreja cristã, em seus diversos ramos. Mas a ênfase na liberdade da graça (posto que se ela não é livre, não é graça) tem sido a posição de grande parte do corpo de Cristo, como pode ser visto nas obras e vida de gigantes como Agostinho, Anselmo de Cantuária (1033-1109), Bernardo de Clairvaux (1090-1153), Tomás de Aquino (1225-1274), Martinho Lutero (1483-1546), João Calvino (1509-1564), John Bunyan (1628-1688), Jonathan Edwards (1703-1758), William Carey (1761-1834), Charles H. Spurgeon (1834-1892), D. M. Lloyd-Jones (1899-1981) e tantos outros. E esta posição tem sido afirmada por grande parte do corpo de Cristo, como pode ser visto numa consulta às principais confissões de fé protestantes luteranas, episcopais, presbiterianas, congregacionais e batistas, como a *Fórmula de Concórdia*, os *Trinta e Nove Artigos da Religião*, a *Confissão Belga*, a *Confissão de Fé de Westminster*, a *Confissão de Fé de Savoy*, a *Confissão de Fé de 1689* e a *Confissão de Fé Batista de New Hampshire*.¹⁶

Não podemos afirmar categoricamente que o autor (endossado pela diretoria da CBF) estaria disposto a ir tão longe quanto os pelagianos na negação do pecado original, ou na afirmação da habilidade do homem para cumprir toda a lei moral de Deus. Não temos, publicada no texto referido, sua opinião quanto a estes aspectos. Entretanto, onde é que a

¹⁴ GONZALES, Justo L. *História Ilustrada do Cristianismo: A Era dos Gigantes* – v. 2. São Paulo: Vida Nova, 1991, p. 175.

¹⁵ *Ibidem*, p. 175. “No céu, por fim, somente teremos liberdade para não pecar. Como no caso anterior, isto não quer dizer que não teremos liberdade alguma. Ao contrário, na vida celestial continuaremos tendo diversas alternativas. Mas nenhuma delas será o pecado”.

¹⁶ Deve-se notar que, muito raramente, os adversários da fé reformada se esforçam para resumi-la com precisão e honestidade, a partir destas confissões de fé. Muito mais fácil é encontrar uma apresentação superficial e caricata da fé reformada. E também deve-se notar que, em pouquíssimas ocasiões, estes mesmos adversários interagem com as obras clássicas de Agostinho (*De Gratia et Libero Arbitrio*, *De Praedestinatione Sanctorum*, *De Dono Perseverantiae*, *De Spiritu et Littera*, *De Natura et Gratia*, *De Gratia Christi et de Peccato Originali*), Lutero (*De servo arbitrio*), Edwards (*On the Freedom of the Will*), John Owen (*The dead of dead in the dead of Christ*) ou, mais recentemente, R. McGregor Wright (*Soberania Banida*) ou com a cuidadosa exegese de João Calvino, William Hendriksen, John Stott e D. M. Lloyd-Jones em seus comentários sobre Romanos, Gálatas e Efésios, por exemplo.

posição formal da diretoria da CBF tangencia com a heresia denominada pelagianismo? O ponto em que as duas linhas de pensamento se tocam é que, tanto para Pelágio, como para o autor do texto, a vontade humana não requer a atuação da graça a fim de cumprir suas obrigações. O pelagianismo compreende que a ordem de obedecer implica habilidade para obedecer. E isto inclusive se aplica aos comandos inerentes ao Evangelho. Se Deus ordena que as pessoas creiam em Cristo, então elas devem ter o poder de crer em Cristo sem a ajuda da graça. Para Pelágio, a liberdade é o bem supremo, a honra e a glória do homem, o *bonum naturae*, que não pode ser perdido. É a base única da relação ética do homem com Deus. Ela consiste essencialmente no *liberum arbitrium*, ou na *possibilitas boni et mali*; liberdade de escolha e na liberdade absolutamente semelhante para o bem ou mal a cada momento.¹⁷ A doutrina da graça de Pelágio é meramente o outro lado da sua doutrina do pecado.¹⁸

A posição formal da diretoria da Convenção Batista Fluminense remete a habilidade de crer para a doutrina da Criação, equiparando-a com as demais *habilidades naturais* do homem. E tal habilidade se mantém intacta mesmo após a Queda. O autor estabelece que o homem “continuava livre para escolher comer ou não comer da árvore da vida” e deduz que “os descendentes de Adão e Eva continuaram de posse do livre arbítrio, agora para escolherem crer ou não crer no prometido esmagador da cabeça da serpente”. Entretanto, se acompanharmos esta linha de raciocínio proposta, concluiremos que, naquelas circunstâncias, o ato correto e apropriado teria sido invocar o perdão de Deus e sujeitar-se à Sua confrontação. Comer da árvore da vida, debaixo da maldição em que se encontravam, se constituiria em nova escolha errada, uma vez que, como assinala o próprio autor, iria “perpetuar o seu estado de queda”. A pergunta que se impõe, então, é a seguinte: por que Deus impede o acesso à árvore da vida? Não *para que*, mas *por que*? Nesta mesma linha de raciocínio, seremos forçados a admitir que a presença dos querubins à porta do jardim *não* assinala uma habilidade natural do homem para operar aquilo que é reto. Ao contrário, enaltece a graça e misericórdia de Deus. A virtual escolha do homem pecador naquela direção simplesmente confirmaria a invariável, viciosa e obstinada determinação do ser humano de não escolher o bem espiritual para a salvação – se tiver de fazer isso apenas por si mesmo. A espada flamejante é uma vívida advertência de que o homem *não pode* adentrar ao paraíso por sua própria virtude. Ele não pode salvar-se a si mesmo.

Para que os leitores tenham a percepção da atualidade e pertinência deste debate, citamos Agostinho, especialmente em sua denúncia do pelagianismo:

Precisamos ainda buscar responder a seguinte pergunta: A disposição em si pela qual cremos trata-se de um dom de Deus, ou ela surge daquela livre agência que naturalmente reside em nós? Se dissermos que a fé não é dom de Deus é de se temer que temos descoberto alguma resposta para a censura do apóstolo: “Que tens tu que não tenhas recebido? E se o recebeste, porque te vanglorias como se não o tiveras recebido?” (1 Co 4.7). Se o querer crer não nos é dado por Deus poderíamos bem responder: “Vede, temos o desejo de crer, o qual não recebemos. Observe do que nos gloriamos, a saber, algo que não recebemos.” Mas, por outro

¹⁷ SCHAFF, Philip. *History of the Christian Church*, 8 vols. Grand Rapids: Eardmans, 1952-53, 3.802-3.

¹⁸ Deve-se salientar que o naturalismo pelagiano não oferece qualquer salvaguarda contra as heresias. Após a Reforma Protestante, o pelagianismo se degenerou em unitarianismo, como pode ser visto entre os socinianos. Os Batistas Gerais, que eram arminianos (ou semipelagianos), na Inglaterra, em meados do século XVIII, acabaram por abrir as portas à heresia modalista (por 1750 aceitavam a doutrina de Deus em “três manifestações, mas uma só pessoa”, em vez de “três pessoas e um só Deus”), chegando também a negar a divindade de Cristo, em meados de 1710. Os modernos teólogos liberais compartilham o mesmo entendimento otimista da natureza humana, inclusive negando a inerrância das Escrituras, a criação como obra de Deus, a expiação, a ressurreição dos mortos, a visível e triunfante segunda vinda de Cristo, entre outras doutrinas vitais. Na Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, por volta de 1940, o liberalismo teológico, em suas muitas variantes, chegou aos principais seminários teológicos da denominação, e depois, às igrejas locais, dominando o cenário até meados de 1990. A atual tolerância que algumas organizações batistas no Brasil concedem a pastores e professores liberais em seus quadros espelha o mesmo padrão.

lado, se dissermos que essa disposição é inteiramente uma dádiva divina, teríamos o receio que pessoas incrédulas e ímpias, embora sem razão, aparentemente teriam uma desculpa razoável para sua incredulidade no fato de que Deus recusou dar-lhes o desejo de crer.¹⁹

Necessariamente se conclui que, sem qualquer virtude de nossa parte, nós recebemos o dom da fé, do qual flui o resto da salvação – não obstante, de acordo com os pelagianos, nós recebemos a salvação em consequência de nossa virtude. Se, porém, eles insistem em negar que a fé nos é dada a troco de nada, qual o sentido das palavras do apóstolo: “Segundo a medida de fé que Deus repartiu a cada um” (Rm 12.3)? E se eles argumentam que fé é concedida como recompensa por virtude, e não como um dom gratuito, o que acontece com outra declaração do apóstolo: “Porque vos foi concedida a graça, não somente de crerdes em Cristo, mas também de padecerdes por Ele” (Fl 1.29)? O testemunho apostólico trata ambas as coisas como um dom: tanto crer em Cristo como sofrer por Ele. Entretanto, estes pelagianos atribuem fé ao livre arbítrio, de modo que percebemos a graça sendo concedida em vista da fé, não como um dom gratuito, e sim como uma dívida. O resultado é que graça já não é mais graça. Como pode algo ser pela graça se não é gratuito?²⁰

A última afirmação de Paulo aqui é, “Guardai a fé” (2 Tm 4.7). Mas o homem que assim fala é o mesmo que em outro lugar declara, “Tenho recebido do Senhor a misericórdia de ser fiel” (1 Co 7.25). Ele não diz, “Recebi misericórdia porque eu fui fiel,” e sim, “para que pudesse ser fiel.” Isso demonstra que até mesmo a fé em si não pode estar presente senão pela misericórdia de Deus, e que é um dom de Deus. Paulo nos ensina isso de forma explícita quando ele diz, “Pela graça sois salvos mediante a fé, e isso não vem de vós; é dom de Deus” (Ef 2.8). Os pelagianos possivelmente dirão, “Recebemos graça porque cremos,” assim atribuindo a si mesmos a fé, e a graça a Deus. Portanto, tendo o apóstolo dito, “Sois salvos mediante a fé,” ele acrescenta, “e isso não vem de vós, é um dom de Deus.” E novamente, caso digam que mereciam esse tão grande dom em vista de seu procedimento, ele segue imediatamente com as palavras, “Não de obras, para que ninguém se glorie.” Não que Paulo fosse contra boas obras, ou que as considerasse sem valor, pois ele afirma que Deus retribui a cada um conforme suas obras (Rm 2.6); antes, a fé é que resulta em obras, mas obras não resultam em fé. Conseqüentemente, vem de Deus que façamos obras de justiça, assim como vem dEle que tenhamos fé, conforme está escrito, “O justo viverá por fé” (Rm 1.17).²¹

Ou se há de reconhecer a doutrina da predestinação como a proclama com evidência a santa Escritura, ou seja, nos predestinados os dons e a vocação de Deus são irreversíveis, ou se há de confessar a concessão da graça de Deus de acordo com nossos merecimentos, como afirmam os pelagianos. (...) No entanto, não acreditam na doação gratuita da graça, como ensina a Verdade, mas professam a doação dela de acordo com os méritos da vontade precedentes, como divulga o erro pelagiano colocando-se contra a Verdade. Portanto, a graça antecede a fé; em caso contrário, se a fé antecede a graça, não há dúvida de que a vontade a precede, pois a fé não pode existir sem a vontade de crer. Mas se a graça antecede a fé, porque precede a vontade, conseqüentemente precede toda obediência, precede também a caridade, mediante a qual se presta a Deus uma obediência submissa e suave. E isto é obra da graça em quem é concedida.²²

Portanto, Deus escolheu os crentes, mas para que o sejam e não porque já o eram. Diz o apóstolo Tiago: “Não escolheu Deus os pobres em bens deste mundo para serem ricos na fé e herdeiros do Reino que prometeu aos que o amam?” [Tg 2.5]. Portanto, ao escolher, fá-los ricos na fé, assim como herdeiros do Reino. Pois, com razão, se diz que Deus escolheu nos que crêem aquilo pelo qual os escolheu para neles realizá-lo.

¹⁹ Agostinho, *De Spiritu et Littera*, 57.

²⁰ Agostinho, *De Gratia Christi et de peccato originali*, 1:34.

²¹ Agostinho, *De Gratia et libero arbitrio*, 17.

²² Agostinho, “O dom da perseverança XIV, 41” em *A Graça* (2). São Paulo: Paulus, 1999.

(...) terá atrevimento de dizer que os homens têm fé para ser escolhidos, quando a verdade é que são escolhidos para crer? A não ser que se ponham contra a sentença da Verdade e digam que escolheram antes a Cristo aqueles aos quais ele disse: “Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi”.²³

É triste dizer, mas o argumento batista fluminense vai além do próprio arminianismo. De fato, neste particular – embora com constrangimento de afirmá-lo publicamente –, fica *aquém* da posição romana em seu esforço de distanciamento do pelagianismo; no atual *Catecismo da Igreja Católica*, a Igreja de Roma ratifica o Concílio de Orange, ocorrido em 529, que rejeitou o pelagianismo.²⁴ O puritano Richard Sibbes, discorrendo acerca da “heresia de Pelágio”, disse: “Tais opiniões, penso eu, que falam levemente sobre a graça de Deus e promovem o poder do livre-arbítrio, fazem deste um ídolo; por isso, estão debaixo de condenação e, por natureza, são inimigas da graça de Deus”.²⁵

Se refletirmos no sentido do ato aqui realizado pelo Senhor, aquele cego representa a raça humana. Pois esta cegueira sobreveio ao primeiro homem através do pecado, de onde todos nós temos nossas origens, e de onde procede não só nossa morte como também nossa injustiça. SE INCREDULIDADE É CEGUEIRA, E FÉ É RECEBER ILUMINAÇÃO, quem foi por Cristo encontrado já um crente quando Ele veio? O Apóstolo Paulo, que pertencia a nação dos profetas, disse: “Nós também éramos por natureza filhos da ira” (Ef 2.3). Se éramos “filhos da ira”, éramos então filhos da retribuição, filhos da punição, filhos do inferno. E de que modo isso é “por natureza”, senão que pelo primeiro pecado do homem, o mal moral se enraizou em nossa própria natureza humana? Se o mal tem se instalado desta forma em nós, todos nascemos mentalmente cegos. Afinal, aquele que enxerga não precisa de um guia. Mas se necessita de um Guia para o iluminar é porque é cego de nascença.²⁶

7. A Diretoria da Convenção Batista Fluminense endossa a opinião do autor acima mencionado, e afirma que este texto é “condizente com a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”, inclusive reportando-se à interpretação do autor para o artigo VI (Eleição) daquela Declaração Doutrinária.

Segundo este raciocínio, esta seria a interpretação formal que os batistas fluminenses dão ao referido artigo da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

Seria esta, também, a leitura que a Convenção Batista Brasileira faz de sua própria Declaração Doutrinária?

Conselheiro Lafaiete (MG), 27 de maio 2005.

²³ Idem, 39-41.

²⁴ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*. Edição de Acordo com o Texto Oficial em Latim. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 934 pp.

²⁵ SIBBES, Richard *apud* MURRAY, Iain. “Agostinho, Bispo de Hipona”. Fé para Hoje, Editora FIEL, São José dos Campos (SP), Nº. 4, 1999, pp. 27-28.

²⁶ Agostinho, *In Evangelium Ioannis*, 44:1. Ênfase nossa na sentença “*Si enim caecitas est infidelitas, et illuminatio fides*”, de onde extraímos o título deste nosso documento.

ANEXO I

Volta Redonda, 24 de Maio de 2005

Assunto: Documento da CBF

Ilmo. Sr. Pr. Gilson Carlos dos Santos, Presidente da CRBB

"Seja Deus gracioso para conosco, e nos abençoe, e faça resplandecer sobre nós o rosto; para que se conheça na terra o teu caminho e, em todas as nações, a tua salvação" (Salmo 67.1,2).

Tendo a *Convenção Batista Fluminense* emitido um parecer sobre a *Primeira Igreja Batista em Volta Redonda* e, no parecer, mencionado a *Comunhão Reformada Batista no Brasil* (conforme documento anexo), nós, membros da CRBB e participantes de seu II Congresso na cidade de Conselheiro Lafaiete, MG, à época membros da *Primeira Igreja Batista em Volta Redonda*, solicitamos o encaminhamento da matéria à assembléia a ser instalada no período de 25 a 28 de Maio do corrente ano, para que o assunto seja do domínio de todos os seus membros e a *Comunhão*, enquanto instituição, se posicione sobre a matéria.

Em Cristo,

Carlos Augusto da Silva
Jaime de Souza Balbi
Jairo Augusto Parreiras Silva
Paulo César Campos Lopes do Valle

ANEXO II

PARECER

À Segunda Assembléia Anual da CRBB:

1 A Comissão de Assuntos Gerais acusou o recebimento de um ofício (...), em que é solicitado parecer do documento emitido pela *Convenção Batista Fluminense* intitulada "Declaração Oficial sobre a *Primeira Igreja Batista em Volta Redonda*".

A Comissão após considerar o ofício e o documento anexo vem recomendar à assembléia que encaminhe aos irmãos (...) a posição formal da CRBB acerca do conteúdo da Declaração Oficial sobre a *Primeira Igreja Batista em Volta Redonda*.

2 (...).

Conselheiro Lafaiete, 27 de maio de 2005.

Andrew Lawrence King – relator
Daniel Lewis Deeds
Franklin Ferreira
Marcelo Carrasco Toschi

ANEXO III

Conselheiro Lafaiete (MG), 28 de maio de 2005

Assunto: Documento da CBF

Caros irmãos, membros da CRBB,

*Carlos Augusto da Silva
Jaime de Souza Balbi
Jairo Augusto Parreiras Silva,
e Paulo César Campos Lopes do Valle:*

*"Graças ao Pai, que vos fez idôneos à parte que vos cabe
da herança dos santos na luz" (Colossenses 1.12).*

Acusamos o recebimento de seu ofício, datado de 24 de maio último, no qual os irmãos solicitaram que a nossa Comunhão, em sua 2ª Assembléia Anual, se posicionasse sobre a seguinte matéria:

Um parecer sobre a Primeira Igreja Batista em Volta Redonda, emitido pela Convenção Batista Fluminense, no qual, inclusive, foi mencionada a Comunhão Reformada Batista no Brasil e emitido juízo acerca de sua Confissão de Fé.

O assunto foi direcionado à *Comissão de Assuntos Gerais*, que, após analisá-lo, fez subir à Assembléia parecer no sentido de que a CRBB encaminhasse aos irmãos sua posição formal acerca do conteúdo do referido documento. De posse deste parecer, a Assembléia, após considerar diversos aspectos envolvidos e suas implicações, inclusive os de natureza ética, acolheu a proposta.

Portanto, dando cumprimento ao mandato da Assembléia, encaminhamos aos irmãos o documento anexo, intitulado em língua latina "*Et Illuminatio Fides*", que reflete a posição formal de nossa CRBB acerca do documento "Declaração Oficial sobre a Primeira Igreja Batista em Volta Redonda".

Esperando que o documento por nós encaminhado contribua para lançar luz sobre os aspectos envolvidos, particularmente os de ordem bíblico-doutrinária, rogamos ao bom Senhor que lhes conceda a mais plena e benfazeja *lâmpada para os pés e luz para o caminho*.

Fraternalmente em Cristo, subscrevemo-nos.

Pelo Conselho Administrativo,

Alberto Vieira Costa
- Primeiro Secretário -

Gilson Carlos de Souza Santos
- Presidente -